



ACÓRDÃO Nº97/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11926/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado das Cidades e Territórios – SECT (Antiga SPF).
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Lucio Meirelles da Silva Bezerra de Menezes (Ordenador de Despesa), Ismael da Costa Silva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7624/2022-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado das Cidades E Territórios – SECT (Antiga SPF). Exercício de 2021.

Regularidade. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** as Contas do **Sr. Ricardo Luiz Monteiro Francisco**, Secretário de Estado da SECT (período de 01/01/2021 A 08/11/2021); com fundamento no art. 22, inciso I, da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Julgar regular** as Contas do **Sr. João Coelho Braga**, Secretário da SECT (período de 08/11/2021 A 31/12/2021); com fundamento no art. 22, inciso I, da Lei nº 2.423/96;
- 10.3. **Julgar regular** as Contas do **Sr. Ismael da Costa Silva**, Ordenador da SECT (período de 01/01/2021 A 16/11/2021), com fundamento no art. 22, inciso I, da Lei nº 2.423/96;
- 10.4. **Julgar regular** as Contas do **Sr. Lucio Meirelles da Silva Bezerra de Menezes**, Ordenador da SECT (período de 16/11/2021 A 31/12/2021) ; com fundamento no art. 22, inciso I, da Lei nº 2.423/96;
- 10.5. **Dar ciência** ao **Sr. Lucio Meirelles da Silva Bezerra de Menezes** e



ACÓRDÃO Nº97/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

os outros ex-gestores, sobre a decisão desta Corte de Contas;

10.6. Arquivar os autos.

11- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 31 de janeiro de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral